

“Diário do Lagarteiro”: Mais do que um jornal...

MARIA JOÃO PEREIRA

EB1/JI do Lagarteiro, Porto.

mariajoaopp@netcabo.pt

MARTA PAIS

EB1/JI do Lagarteiro, Porto.

marta_pais00@hotmail.com

Resumo:

Esta comunicação pretende dar a conhecer um projecto intitulado “Clube de Jornalismo” (CJ), uma actividade que decorre na EB1/JI do Lagarteiro (TEIP), desde o ano lectivo 2009/2010, com uma turma do 4º ano de escolaridade.

O Clube de Jornalismo encontra-se integrado no projecto Iniciativa Bairros Críticos (IBC). O IBC consiste num Programa Nacional, coordenado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades, tendo como objectivo principal o desenvolvimento de soluções de qualificação de territórios urbanos, que apresentam factores de vulnerabilidade crítica, através de intervenções sócio-territoriais integradas. O mesmo incide, de forma experimental, em três territórios: Cova da Moura (Amadora), Lagarteiro (Porto) e Vale da Amoreira (Moita).

O Bairro do Lagarteiro é constituído essencialmente por população jovem, cujos níveis de alfabetização são extremamente baixos, sendo o abandono e o insucesso escolar um dos principais problemas. Com uma baixa escolaridade, poucos recursos sociais e financeiros, são frequentemente alvo de segregação e discriminação social.

A turma que constitui o CJ é bastante heterogénea reunindo vários níveis de ensino e especificidades, em diferentes áreas, nomeadamente na Língua Portuguesa, tanto ao nível escrito como na oralidade. Este espaço, onde o grupo se reúne uma vez por semana, pretende estimular a leitura, a escrita e, sobretudo, a comunicação nas suas múltiplas vertentes, através da criação de um jornal (Diário do Lagarteiro) que dá voz a estes alunos, às suas vivências, angústias e alegrias. Do mesmo modo, ambiciona promover a utilização dos media de uma forma coerente, produtiva e segura.

Ao longo das actividades desenvolvidas no Clube de Jornalismo é feita a descoberta ou redescoberta dos meios de comunicação, do prazer da escrita, da leitura e da comunicação em geral, num processo quase espontâneo. No CJ estas crianças têm oportunidade de abordar temas do seu interesse, conhecer e entender o processo comunicacional e, não menos importante, adquirir ferramentas que os ajudam a conhecerem-se e a expressam-se como indivíduos.

Palavras-chave:

Comunicação, jornal, literacia, media, aprendizagem.

O Clube de Jornalismo (CJ) é um projecto integrado na Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos (Iniciativa Bairros Críticos), um Programa Nacional coordenado pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Cidades.

Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos

Fundamentação

Sedeada no bairro, desde Março de 2009, a Iniciativa Bairros Críticos foi criada com o objectivo de implementar uma política de cidades que reconhecesse o sistema urbano e as cidades que o constituem como um todo.

No processo, a IBC propôs-se trabalhar, fundamentalmente, a qualidade de vida e funcionalidade, a competitividade e inovação, a reabilitação e valorização dos espaços urbanos consolidados e qualificação e reinserção urbana de áreas críticas.

As áreas urbanas críticas concentram inúmeros problemas sociais, sendo constituídas por um estrato populacional desfavorecido e com menor capacitação, concentrando grupos vulneráveis às diferentes formas de discriminação, associado a um estigma social e a um bloqueio de oportunidades, necessitando, desta forma, de uma urgente promoção da cidadania e da coesão social. Estes espaços que tendem a ser degradados acabam por aglomerar pessoas segregadas e/ou marginalizadas pela sociedade que, pelo conjunto de características que os identifica, muitas vezes originam comportamentos que podem deteriorar a qualidade de vida e a competitividade das principais aglomerações metropolitanas.

As áreas urbanas são espaços onde é mais complexa a intervenção e menos duradouros são os seus resultados, sendo essencial a descoberta e a implementação de formas inovadoras de intervenção que assegurem um forte envolvimento local e resultem numa maior capacitação das populações.

A alínea g) do artigo 199.º da **Constituição da República Portuguesa** refere que compete ao Governo, no exercício de funções administrativas, praticar todos os actos e tomar todas as providências necessárias à promoção do desenvolvimento económico-social e à satisfação das necessidades colectivas.

Deste modo, a **Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005**, de 7 de Setembro, criou a Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, adiante designada por Iniciativa Bairros Críticos (IBC), no sentido de estabelecer uma política de cidades que reconhecesse o sistema urbano e as cidades que o constituem como um todo, integrando, de forma articulada, quatro pilares complementares: qualidade de vida e funcionalidade; competitividade e inovação; reabilitação e valorização dos espaços urbanos consolidados; qualificação e reinserção urbana de áreas críticas. A IBC é, deste modo, um programa nacional coordenado pela Secretaria de Estado e Ordenamento do Território e Cidade, e um instrumento da política da cidade.

Organização e Funcionamento

As acções implementadas visam o desenvolvimento e a qualificação de territórios urbanos que apresentam factores de vulnerabilidade crítica, através de intervenções sócio-territoriais integradas, e pretendem estimular e testar soluções institucionais, procedimentais e tecnológicas inovadoras em

termos da concepção, implementação e avaliação da acção pública em áreas urbanas críticas, e a experiência recolhida será levada em consideração na política de cidades que se pretende executar. Estas operações incidiram sobre um número restrito de territórios das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (Cova da Moura, Vale da Amoreira e Lagarteiro), definidos pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, tendo sido ouvidas as respectivas câmaras municipais.

Em cada território foi elaborado um programa de intervenção, com o objectivo de dar resposta a problemas estruturais e, ao mesmo tempo, estimular a criação de novas oportunidades a partir das potencialidades existentes. Deste modo, foi constituído um grupo de trabalho e estabelecido um protocolo de parceria celebrado entre todas as entidades envolvidas na sua execução, num processo fortemente participado e articulado com as organizações locais, envolvendo uma rede de actores alargada e diversificada.

A IBC assenta nos seguintes pressupostos:

- Desenvolvimento de projectos integrados de base sócio-territorial e focalização no território;
- Envolvimento e participação dos actores locais na implementação e na concepção;
- Mobilização de novas formas de financiamento;
- Coordenação estratégica e parceria;
- Sustentabilidade e durabilidade dos resultados, designadamente através da criação de redes que gerem sinergias e propiciem a racionalização de recursos;
- Intervenções orientadas para a inovação e com capacidade de impacte estrutural;
- Avaliação on going e monitorização;
- Alterações organizativas, capazes de associar a prestação de serviços essenciais para a melhoria da qualidade de vida no bairro (incluindo a gestão e manutenção do espaço público e do edificado) e a criação de novas oportunidades de emprego para os residentes;
- Construção de respostas adequadas à integração social das crianças e dos jovens, bem como da população socialmente excluída e das minorias étnicas, nomeadamente através de acções nos domínios da educação, da formação, das artes, da cultura, do desporto e do lazer;
- Promoção de iniciativas e equipamentos de suporte necessários ao desenvolvimento de acções de animação, formação e acompanhamento no acesso ao emprego e à microempresa;
- Disponibilização de espaços adequados ao desenvolvimento das actividades, incluindo as de natureza económica;
- Dinamização e apoio a iniciativas de natureza arquitectónica, urbanística e ambiental que contenham uma dimensão inovadora significativa;
- Preparação de um projecto global de reinserção funcional e urbanística do bairro na área (cidade) envolvente.

Tem como Ideias Chave:

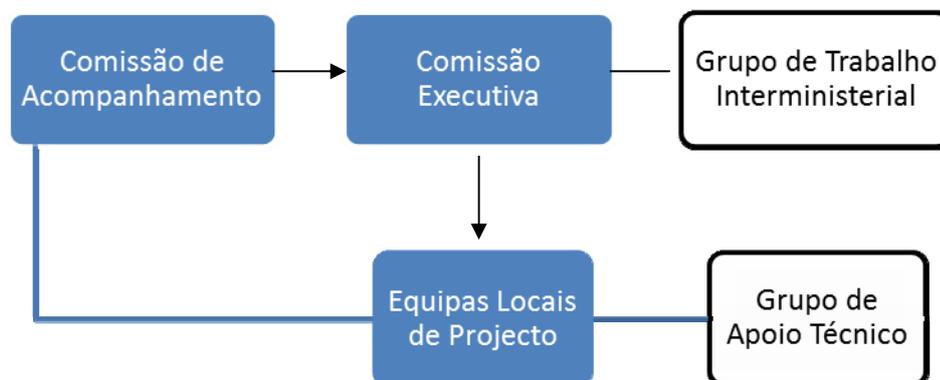
- Pressupostos para uma co-produção da acção: a Iniciativa assumiu o desígnio de experimentar uma abordagem em que o fortalecimento do sistema de actores se configura como um passo prévio e basilar para o desenvolvimento da mudança, numa lógica processual e dinâmica assente em pressupostos de reconhecimento e respeito mútuos, na construção de condições de confiança, compromisso e capacitação para a produção conjunta da acção.

- Percursos de aprendizagens conjuntas: este pressuposto de base, que elege o sistema de actores e de acção como objecto de atenção prioritária, fundamenta a natureza experimental da Iniciativa, propõe-se envolver a participação do colectivo de agentes e incentivar a criatividade e inovação das soluções desenhadas para a superação das dificuldades. Por isso, a iniciativa distingue-se pelo seu carácter interministerial, pela estrutura de actores que envolve – desde o nível ministerial a um nível mais orgânico e informal, em cada território – pelo seu modelo de gestão, pelo seu modelo de financiamento e activação de recursos e pela metodologia de desenvolvimento de que se socorre.
- Tempo e os “tempos” da mudança: esta aposta exige tempo e tempos diversos de maturação. Exige, sobretudo, a todos os intervenientes, novas formas de organização e de gestão de calendários de execução, novas formas de “estar” nos projectos e novas “práticas” de desenvolvimento de acções.
- A sua natureza experimental: a necessidade de uma abordagem diferente e de natureza experimental nasce da percepção de que experiências anteriores se tinham revelado insuficientes ou insatisfatórias nos seus graus de efectividade e sustentabilidade da mudança induzida, devido à dificuldade de mobilização dos diversos actores-chave, à dificuldade em assegurar a coerência e a concertação atempada das várias acções, vontades e recursos, bem como à dificuldade em garantir a focalização da acção conjunta nas dinâmicas dos territórios durante e – sobretudo – na pós-intervenção.

Desta forma, tendo em conta que um dos pressupostos é co-produção da acção e, no âmbito da natureza experimental criou-se um modelo de gestão inovador e específico para conseguir dar resposta aos problemas diagnosticados, constituído por uma Comissão de Acompanhamento, uma Comissão Executiva, um Grupo de Trabalho Interministerial, Equipas Locais de Projecto e um Grupo de Apoio Técnico.

A coordenação desta iniciativa é da competência do Instituto Nacional da Habitação, e a criação da Comissão de Acompanhamento teve como objectivo a emissão de pareceres quanto à selecção, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação desta iniciativa, que é composta por representantes de oito ministérios e das câmaras municipais envolvidas, contando com a parceria de mais de 90 entidades públicas e organizações e associações locais.

Modelo de Gestão



Comissão de Acompanhamento: integra representantes dos 8 ministérios envolvidos e representantes das entidades governamentais e não governamentais que intervêm localmente, num total de cerca de 30 entidades por território.

Comissão Executiva: é composta por um representante do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana; um representante do Ministério da Segurança e Solidariedade Social; um representante do Ministério da Administração Interna; um representante das Autarquias; um representante da Junta de Freguesia (em 2 das comissões executivas); um representante da sociedade civil (em 2 das comissões executivas); em algumas comissões executivas está ainda representado o Ministério da Saúde ou o IPJ.

Grupo de Trabalho Interministerial: é composto por um representante do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades; um representante da Presidência de Conselho de Ministros; um representante do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social; um representante do Ministro da Saúde; um representante do Ministro da Cultura; um representante do Ministro da Educação; um representante do Ministro da Administração Interna; um representante do Ministro da Justiça.

Equipas Locais de Projecto: são compostas por um chefe de projecto responsável pela coordenação da equipa e da parceria e pela monitorização do plano de acção definido; uma equipa técnica local, multidisciplinar, composta por um máximo de 3 técnicos e um elemento de apoio administrativo, que é responsável pelo desenvolvimento do plano de acção detalhado; uma parceria executiva, que é responsável pela execução das actividades e tarefas definidas no plano de acção.

Grupo de Apoio Técnico: é constituído por consultores/peritos especializados e cujas funções passam pelo suporte ao desenvolvimento de metodologias de participação activas, pelo apoio técnico às equipas em áreas específicas e pelo apoio à incorporação da aprendizagem resultante da avaliação.

Assim, foi definido que esta iniciativa incidiria nos bairros da Cova da Moura (Amadora) e do Vale da Amoreira (Moita), na área metropolitana de Lisboa, e no bairro do Lagarteiro (Porto), na área metropolitana do Porto, de 2005 a 2007. No entanto, o Governo considerou essencial criar um horizonte temporal mais alargado, que permitisse assegurar a continuidade do trabalho e o

cumprimento dos objectivos, razão pela qual a **Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2007**, de 31 de Dezembro, prorrogou esta iniciativa até 31 de Dezembro de 2013.

Desenvolvimento da IBC no Bairro do Lagarteiro

2.1 As etapas do processo

A primeira fase da iniciativa, que durou cinco meses (de Janeiro a Maio de 2006), correspondeu às três fases referidas anteriormente: Diagnóstico, Plano de Acção e Modelo de Gestão.

Para que todo este processo fosse levado adiante, o Grupo de Apoio Técnico recorreu a cinco tipos de métodos: acções tradicionais de levantamento e caracterização; acções de auscultação por inquérito; focus group de abordagem diagnóstica e prospectiva; apresentação de casos e demonstração de acções exemplares; grupos de acção exploratória e de alargamento da mobilização e envolvimento das populações locais.

Quadro 1 - Procedimentos Metodológicos na Implementação da IBC

Levantamento e caracterização	Levantamentos físicos, ambientais, funcionais, tipológicos, económicos; Cartografia; Pesquisa e análise documental nos Serviços de Planeamento e Urbanismo da CMP; relatórios de avaliação dos programas ESCOLHAS e URBAN; estudos socioeconómicos existentes; publicações oficiais; documentos das instituições parceiras; documentos e bibliografia sobre o Bairro e a cidade; relatórios de actividades; fichas de casos de Rendimento Social de Inserção.
Auscultação por inquérito	Inquéritos realizados pela Câmara Municipal do Porto; Inquéritos realizados pela Junta de Freguesia de Campanhã; Inquéritos realizados pela Obra Diocesana de Promoção Social; Inquérito aos actores locais (caracterização institucional) realizados pelo Grupo de Apoio Técnico; Entrevistas semi-directivas (actores institucionais, projectos, moradores, lideranças).
Sessões Específicas para discussão	Representantes da Câmara Municipal do Porto; Representantes do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana; Responsáveis locais.
Apresentações base para reflexão e apoio à decisão	Experiências de outros projectos: Clube da Vida Local; Processo RVCC; Problemas e Acções estruturantes.
Processo Participativo	26 Reuniões entre o Grupo de Apoio Técnico e o Grupo de Parceiros Locais (8 gerais, 15 temáticas, 1 extraordinária); 1 Reunião específica com os consultores e especialistas da equipa técnica para discussão do Diagnóstico e Plano de Acção; 10 Reuniões com a população, recorrendo à criação de subgrupos (reconhecimento e validação de competências; apoio à vida local; espaços e equipamentos / jovens, idosos e adultos); 1 Reunião com o Grupo de Parceiros Locais e com a Administração Central.

Fonte: Diagnóstico e Análise de Reuniões

Fase I – Diagnóstico

Esta fase previa a caracterização da realidade do bairro, através da identificação de problemas e potencialidades, com o objectivo de criar um documento que abordasse o plano de intervenção.

A fase do Diagnóstico foi considerada uma etapa aberta, onde todos os parceiros e população foram envolvidos de forma a elaborar uma boa caracterização do bairro e das suas problemáticas. Deve-se salientar que, inicialmente, algumas das entidades envolvidas tiveram algum receio em partilhar informações e conhecimento sobre o bairro mas, com o passar do tempo, esse entrave foi diminuindo, havendo mais envolvimento por parte de todos numa fase mais adiantada do processo. Outra das dificuldades sentidas foi a construção de consensos e tomadas de decisão.

A intervenção inicial feita pela equipa técnica focou-se na auscultação das aspirações, gostos, motivações e interesses de toda a população residente do Bairro, de forma a evitar processos de distanciamento. Com um trabalho participativo pretendeu-se, sobretudo, preparar as pessoas para o futuro, reconhecendo a necessidade de trabalharem em conjunto.

Tratou-se sobretudo de um processo de aprendizagem, em que cada um, com a sua experiência e as suas vivências, contribuiu para a resolução de um conjunto de situações problemáticas.

A capacidade de se desencadear, individualmente e colectivamente, processos de aprendizagem leva à resolução de problemas sociais, urbanísticos, económicos e culturais locais, de forma eficaz e inovadora.

Um factor crucial de sucesso na implementação de qualquer modelo de intervenção no bairro prende-se com a adesão dos moradores, o que pressupõe processos de inclusão e de participação nas decisões. Dada a complexidade do espaço físico e das problemáticas inerentes ao bairro, a equipa propôs que o diagnóstico fosse desenvolvido em torno de quatro domínios:

- Estruturação urbanística e ambiental;
- Competências locais e actividades económicas;
- Desenvolvimento social e cultural;
- Base institucional e parcerias.

Esta metodologia pretendeu assentar num processo de investigação-participação-acção, de forma a permitir a realização de um diagnóstico participado, apostando nas vivências, sociabilidades e representações dos moradores, fomentando o *empowerment* e possibilitando o envolvimento das instituições e da população local nas iniciativas e projectos a implementar.

Fase II – Plano de Acção

Para a elaboração do Plano de Acção, ocorreram inúmeras reuniões onde todos os parceiros envolvidos traziam os seus planos de intervenção, que eram partilhados e discutidos entre todos com o intuito de chegarem a um consenso. O Gabinete de Apoio Técnico teve uma participação significativa nesta fase do processo, na medida em que cruzava a informação vinda dos diversos parceiros.

Fase III – Modelo de Gestão

As lideranças propostas para o Modelo de Gestão resultaram de inquéritos às instituições; contudo, notou-se uma disparidade em termos de organização relativamente às duas questões colocadas. Uma das questões contemplava a organização de cada entidade no trabalho em parceria e a outra o desenvolvimento da parceria na IBC. O facto de terem demonstrado uma grande organização em relação à segunda questão despoletou a ideia de que o Modelo de Gestão já há muito viria a ser discutido.

Fase IV – Protocolo de Parceria

O Protocolo de Parceria foi assinado no final da primeira fase da IBC. No caso do Lagarteiro, ocorreu apenas a 30 de Maio de 2008. O Protocolo teve em consideração o papel das cidades no desenvolvimento das sociedades, as suas problemáticas inerentes, bem como a necessidade de responder a esses mesmos problemas e a criação de novas oportunidades. Além disso, considerou-se a importância da cooperação inter-institucional e a articulação de instrumentos de política e de participação dos cidadãos. Os processos de qualificação e reintegração de áreas urbanas críticas devem orientar-se por princípios gerais de sustentabilidade, inovação, abertura, participação e proximidade, mobilizando agentes institucionais e locais numa relação de diálogo construtiva e responsabilizadora. Todos os parceiros assinaram o Protocolo que engloba o Programa de Intervenção do Lagarteiro para 2008-2012, tal como as fichas de acção previstas para a implementação do projecto no bairro, comprometendo-se, desta forma, a concretizar as atribuições e competências que lhes compete, fazendo um esforço para que seja executado da melhor forma possível. Com a assinatura do Protocolo de Parceria, os organismos e instituições outorgantes comprometeram-se, também, a promover todas as diligências possíveis para a obtenção de apoios financeiros e a colaborar na sua monitorização e avaliação.

Em Dezembro de 2008, foi aprovada a candidatura da IBC ao EEA Grants – mecanismo Financeiro do Espaço Económico europeu, com o objectivo de assegurar parte do PA que não estava assegurado pelos compromissos assumidos por todos os parceiros.

Deste modo, as principais entidades parceiras são as seguintes:

- Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN);
- Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI);
 - Programa Escolhas;
- Centro de Emprego do Porto;
- Centro Distrital de Segurança Social do Porto (CDSS Porto);
- Direcção-Geral das Artes (DGA);
- Direcção-Geral de Reinserção Social (DGRS);
- Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP);
- Direcção Regional de Educação do Norte (DREN);
 - Escola EB1/JI do Lagarteiro;
 - Escola EB 2/3 Ramalho Ortigão;

- Instituto da Droga e da Toxicoddependência (IDT, IP);
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU, IP);
- Instituto da Segurança Social (ISS, IP);
- Instituto do Desporto de Portugal (IDP, IP);
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, IP);
- Instituto Português da Juventude (IPJ, IP);
- Polícia de Segurança Pública (PSP) – Comando Metropolitano do Porto, 4.ª Divisão;
- Polícia Judiciária (PJ).

Parceiros Locais Institucionais

- Câmara Municipal do Porto (CMP) / Fundação Porto Social;
- Junta de Freguesia de Campanhã.

Parceiros Locais Privados

- Associação Juvenil “CAOS”:
 - Projecto Lagarteiro e o Mundo
- Associação para a Promoção da Saúde Norte Vida;
- Benéfica e Previdente, Associação Mutualista;
- Cooperativa ARRIMO;
- Fundação Filos;
- Futebol Clube “Os Amigos de Campanhã”;
- Liga Portuguesa de Profilaxia Social (LPPS);
- Obra Diocesana de Promoção Social.

Caracterização do Bairro do Lagarteiro

Para a implementação da IBC, eram necessários três territórios que tivessem características, dimensões e estruturas de acção distintas e que partilhassem entre si a urgência de uma mudança efectiva e durável. Só assim seria possível experimentar um modelo de projecto de desenvolvimento local em diferentes contextos.

Deste modo, como foi referido anteriormente, a Iniciativa Bairros Críticos foi desenvolvida nos bairros da Cova da Moura (Amadora) e do Vale da Amoreira (Moita), na área metropolitana de Lisboa, e no bairro do Lagarteiro (Porto), na área metropolitana do Porto, de 2005 a 2007. No entanto, as divergências entre o Governo e a autarquia do Porto quanto à fatia de financiamento que cabia a cada uma das partes provocaram um atraso significativo na implementação do programa no Bairro do Lagarteiro, tendo o protocolo que regula a intervenção urbanística neste bairro sido assinado apenas em 2008.

Neste caso específico, a escolha do Lagarteiro, está relacionada com o facto de estar localizado num sítio com poucas acessibilidades (zona oriental da cidade), marcado por intensos



processos de segregação social e urbana, por ser um bairro pequeno e camarário que já tinha tido algumas intervenções há alguns anos mas sem continuidade e, que na altura da escolha não estava a ser intervencionado. Por outro lado, o Lagarteiro é um território com algumas potencialidades que foram consideradas fulcrais para o desenvolvimento do projecto, tais como:

- Espaço de qualidade e disponível no bairro e na envolvente;
- Redes de solidariedade e vizinhança e sentimento de pertença;
- População muito jovem;
- Localização próxima do Parque Oriental;
- Lideranças locais, informais, relevantes;
- Boa envolvente ambiental e espaços expectantes;
- Existência de instituições com actividades de suporte no bairro.

Espaço físico e mobilidade

A equipa técnica do Bairro do Lagarteiro está sediada no Bloco 9, Entrada 152, c/ 22, numa habitação reabilitada e cedida pela Câmara Municipal do Porto. O Lagarteiro é o Bairro mais periférico da cidade do Porto, encontrando-se numa zona marcada ainda por uma forte ruralidade e com défices acentuados ao nível de transportes públicos. Neste sentido, o Lagarteiro surge como um aglomerado residencial desintegrado da malha urbana envolvente, fechado sobre si mesmo, distanciado da cidade do Porto e alvo de um processo de segregação sócio-espacial.

O papel dos *media* na cristalização de uma imagem desvalorizada do bairro na cidade por parte dos seus próprios moradores é um aspecto a salientar. Um dos principais problemas de insegurança advém das representações negativas que são trazidas do exterior e também de processos de exclusão vivenciados e que criam nos próprios indivíduos sentimentos de exclusão.

Neste sentido pode-se considerar que os *media* têm contribuído bastante para a emergência de sentimentos de insegurança, através de relatos mediáticos que acabam por cristalizar um imaginário social acerca dos bairros, pautado por uma representação negativa, emergindo sentimentos de medo e de insegurança.

Internamente, o Lagarteiro é um Bairro desarticulado em termos urbanísticos. O espaço de Rua é entendido enquanto espaço de sociabilidade quotidiana, e de certa forma o espaço familiar, onde os indivíduos encontram os seus "pares", e onde procuram ocupar o tempo com actividades distractivas como: estar sentado no "muro" ou simplesmente "não fazer nada".

Caracterização demografia, económica e social

O bairro é constituído por uma população jovem (37,8 por cento com menos de 25 anos), com uma média etária de 35 anos. Contudo, quase 15 por cento da população tem mais de 60 anos. Predominam as estruturas familiares de grande dimensão (níveis de sobrelotação habitacional elevado), muitas famílias são compostas exclusivamente por idosos (estando mais sujeitas a situações de pobreza, isolamento social, dependência e doença, onde as despesas com a sobrevivência diária e a medicação ocupam uma parcela significativa dos seus rendimentos) e a maternidade na adolescência fragiliza as estruturas familiares. Igualmente relevante é a monoparentalidade materna, sobretudo entre mulheres entre os 15 e os 19 anos (tendência semelhante à que ocorre a nível nacional). No bairro, tem uma expressão de 11,1%, onde co-existe uma dependência económica, social e residencial dos familiares próximos.

Os níveis de qualificação escolar são extremamente baixos, com uma população residente que limitou a sua frequência escolar ao ensino básico e principalmente ao 1.º ciclo, sendo o abandono e o insucesso escolar um dos principais problemas do Bairro do Lagarteiro.

Em 2001, 16,6% da população do bairro estava desempregada, e as perspectivas de retoma de uma nova actividade profissional eram quase nulas, tendo em conta os níveis de qualificação profissional dos desempregados e ainda o facto de muitos estarem associados a duas dinâmicas de remediação pouco estimulantes para o trabalho: actividades na economia informal de natureza diversa e as prestações sociais que asseguram um rendimento de sobrevivência.

Deve-se destacar o facto de, dos 398 agregados familiares que compõem o bairro, cerca de 300 receberem o Rendimento Social de Inserção (cerca de 75% das famílias).

Muitos dos jovens do Bairro, apresentam condutas excessivas em busca da convivialidade e do prazer ou da violência gratuita, participando em todas as dinâmicas de visibilidade pública do bairro.

No caso dos jovens que passam a maior parte do tempo entre pares, o bairro acaba por ser o espaço de maior proximidade e de convívio. Frequentemente os miúdos permanecem na rua até tarde, iniciando aí os primeiros contactos com os jovens mais velhos e com determinadas práticas desviantes. A rua funciona para as crianças e jovens como um contexto privilegiado de socialização e é o espaço onde estruturam a maior parte das suas vivências e redes de sociabilidade.

Objectivos do Programa para o Bairro do Lagarteiro

O Lagarteiro será um espaço residencial aberto, seguro e com qualidade urbana, onde o gosto pela aprendizagem e a convivência alargada reforcem as oportunidades, individuais e colectivas, para prosperar e para uma melhor integração na cidade.

O bairro, sob ponto de vista da integração social e urbana, terá que ser integrado dentro de um projecto estratégico estruturante para a cidade, de forma a alcançar-se a necessária articulação entre a cidade e o urbano. Neste sentido, é fundamental articular a intervenção no Bairro do Lagarteiro com o projecto para o Parque Oriental e toda a necessária qualificação da zona oriental da cidade.

Com este programa de intervenção pretende-se, essencialmente, atingir os seguintes objectivos gerais:

- Abrir o bairro à cidade e a cidade ao bairro;
- Melhorar a imagem e a qualidade urbana;
- Aumentar a qualidade de vida da população residente;
- Melhorar as expectativas de vida dos residentes;
- Reforçar as competências individuais e colectivas, numa lógica de empowerment.
-

Clube de Jornalismo

O Clube de Jornalismo (CJ) decorre na EB1/JI do Lagarteiro (TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritário), desde o ano lectivo 2009/2010, com uma turma do 4º ano de escolaridade (nove crianças encontram-se no quarto ano e as restantes duas no terceiro).

Ao longo de quatro horas semanais, o CJ proporciona uma troca de experiências, expectativas e vontades, num espaço exclusivo destas e para estas crianças. Em cada sessão, são trabalhados os diferentes conceitos associados ao jornalismo, nomeadamente a língua portuguesa (oralidade e

escrita) e a comunicação nas suas múltiplas vertentes. Mas, para além destas questões, o CJ proporciona a aquisição de ferramentas permitem que facilitam o auto-conhecimento e auto-expressão como sujeitos activos.

Num mundo em que o poder é assumido pelos adultos é importante dar voz à criança, dando-lhe uma oportunidade de perceber o mundo sem inibições ou censuras, podendo transmitir a sua visão aos demais. A autonomia de expressão é canalizada através do jornal editado pelas crianças, onde não existem censuras, ou limitações para dar asas à liberdade de expressão. O produto final é o "Diário do Lagarteiro", um jornal trimestral, que dá voz aos pequenos jornalistas, às suas vivências, angústias e alegrias.

O "Diário do Lagarteiro" (jornal produzido pelos alunos) foi demonstrando, em cada edição, um pouco da realidade do bairro, dando conta de actividades, iniciativas, costumes, culturas e potencialidades artísticas.

Esta é uma forma de envolver não só as crianças mas também a população que vive neste bairro, fazendo-os sentir que têm um contributo a dar, que são actores e agentes de mudança, sendo ao mesmo tempo, uma forma de dar a conhecer um local que está tão subvalorizado mas que tem enorme potencialidade.

Objectivos gerais do Clube de Jornalismo

- Desenvolver competências de cooperação e entreajuda na realização de tarefas;
- Criar um ambiente que permita que a criança/jovem se expresse, sem medo de errar;
- Promover o espírito e trabalho de grupo;
- Estimular formas de expressão e criatividade;
- Tomar consciência da comunicação verbal e não verbal;
- Trabalhar as diferentes formas de comunicação e o que cada uma implica;
- Treinar e explicar conceitos relacionados com a comunicação e com jornalismo;
- Experimentar papéis diferentes, nomeadamente o de jornalista;
- Tomar consciência do processo de construção de uma notícia, de uma reportagem e de uma entrevista;
- Conhecer os diferentes órgãos de comunicação social;
- Contar histórias;
- Relatar acontecimentos, vividos ou imaginados, desejos...
- Participar, em grupo, na elaboração de histórias, de relatos.
- Participar em jogos de reprodução da literatura oral (reproduzir trava-línguas, lengalengas, rimas, adivinhas, cantares, contos);
- Experimentar múltiplas situações que desenvolvam o gosto pela escrita (textos de criação livre, textos com tema sugerido, textos com temas à escolha, ...);
- Experimentar diferentes tipos de escrita, com intenções comunicativas diversificadas, requeridos pela organização da vida escolar e pela concretização de projectos em curso (notícias, relatos de visita de estudo, relatos de experiências, jornais de turma, escola);
- Estabelecer a sequência de acontecimentos;
- Registrar (por cópia ou por ditado, na imprensa, no computador, ...) o texto trabalhado, cuidando da sua apresentação gráfica, e integrá-lo em circuitos comunicativos (correspondência interescolar, jornal escolar);
- Construir um jornal.

Caracterização da Turma

O CJ surge como uma ferramenta de intervenção/acção, propondo-se a trabalhar determinadas competências com um grupo de 11 crianças, com idades compreendidas entre os 10 e os 13 anos, onde estão incluídas quatro crianças de etnia cigana (a maioria dos alunos tem duas ou três retenções no 1º Ciclo). Este excessivo número de retenções deve-se a casos de absentismo escolar, o que revela um baixo nível de literacia nos alunos. As competências básicas de leitura e escrita não foram desenvolvidas conveniente e atempadamente.

O motivo de esta turma ter sido escolhida para o Clube de Jornalismo prende-se com o perfil dos alunos, motivo pelo qual apresentaria uma maior necessidade de fazer parte de uma actividade como esta. São alunos provenientes de famílias com baixos níveis de escolaridade, que revelam um enorme desinteresse em relação ao percurso educativo e escolar dos seus filhos, na medida em que vêem a questão da escolaridade como pouco significativa para o seu futuro. Na verdade, os alunos apresentam graves défices linguísticos, já que são maioritariamente oriundos de famílias analfabetas e com um baixo nível cultural, que encaram a escola desnecessária para o seu desenvolvimento pessoal e social futuro.

A situação precária, aos mais diversos níveis (saúde, emprego, habitação, ...), em que vivem potencia processos de segregação, marginalização, discriminação e exclusão social. Como tal, quando estas crianças ingressam na escola, a expectativa depositada nelas é muito baixa, quer por parte dos pais, quer por parte dos professores, que na sua maioria têm baixas expectativas relativamente a outros, que optam por não leccionar em escolas “de risco” e consideradas problemáticas.

Dado que os alunos revelam grandes deficiências básicas a nível do domínio da língua materna, o que prejudica não só os seus resultados na disciplina de Língua Portuguesa, mas as prestações em todas as áreas disciplinares, há a preocupação de promover acções que possam contribuir para o sucesso educativo.

Estas questões constituem uma enorme relevância social, na medida em que afecta esta população a um nível pessoal, social e profissional. A maioria das crianças revela não ter projectos e/ou objectivos de vida, já que estão integradas neste meio sem ambições académicas e, futuramente, profissionais. Os níveis de vida precários destas famílias acabam por influenciar as mentalidades destes jovens.

Neste contexto educativo consideramos urgente criar estratégias de intervenção e de resposta educativa para estes casos, para que possam progredir a nível pessoal e académico. A escola deve ser considerada como uma instituição que, para além de formar jovens, deve procurar intervir e solucionar problemas de carácter social.

Dezassete meses depois: Um balanço

As relações que se foram criando ao longo dos vários meses, não foram apenas relações entre professora/aluno, foi também uma relação de amizade, preocupação, carinho e empatia, tornando, assim, cada sessão mais convidativa e de fácil trabalho.

O clube de jornalismo foi, desta forma, uma experiência marcante para todos os que nela se envolveram, permitindo desenvolver a capacidade de escrita, de organização de pensamentos e ideias, de exposição oral destas mesmas ideias, de relação com os problemas sociais que

preocupam qualquer ser humano. Permitiu um crescimento intelectual, emocional e relacional de extrema importância que com toda a certeza será útil no futuro de cada criança.

De entre os vários objectivos que este clube propunha, destaca-se o desenvolvimento pessoal e social das crianças. Este "espaço" constituiu-se muito mais do que um local de produção de trabalhos jornalísticos. Com o decorrer dos tempos a abrangência desta actividade foi-se fazendo notar, justificando, desta forma, o aumento da carga horária e do interesse e envolvimento dos alunos.

A simples oportunidade que foi conferida aos alunos de ocuparem uma das suas tardes com a produção de materiais da sua responsabilidade, revelou-se fundamental para que aos poucos fossem compreendendo o valor do seu empenho, dos trabalhos que iam realizando e, sobretudo das potencialidades que se encontravam escondidas, apenas à espera de serem reveladas.

É interessante perceber a evolução de cada aluno ao longo destes meses, pois se inicialmente se revelavam receosos e pouco confiantes daquilo que eram capazes de fazer, passaram a ter iniciativa, autonomia, capacidade de participação, espontaneidade e, sobretudo, passaram a acreditar e a valorizar tudo o que iam fazendo.

Esta é uma vertente extremamente importante pois revela o aumento da auto-estima dos alunos. Num contexto desprivilegiado, socialmente marginalizado e alvo de inúmeros preconceitos, a importância da auto-estima torna-se fulcral, pois é preciso esta confiança para que se seja capaz de procurar combater a imagem que os "outros" manifestam sobre os moradores de bairros sociais. Assim, o clube de jornalismo contribuiu para esta pequena, mas significativa conquista.

Dezassete meses passados, é notória a diferença em cada um dos alunos, de semana em semana, não só no envolvimento crescente de cada um, mas também a nível de comportamentos, posturas, competências escolares e, não menos importante, de relações interpessoais.

Referências Bibliográficas

- FREINET, C. (1974). *O jornal escolar*. Lisboa: Editorial Estampa.
- GONNET, J. (2001). *Educação para os Media. As controvérsias fecundas*. Porto: Porto Editora.
- JEANNENEY, J. (1996). *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar.
- LENTIN, L. (1990). *A criança e a linguagem oral*. 2ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARQUES, Teresa Sá (coordenação), (2008), *Relatório Preliminar de Avaliação Externa da IBC no Bairro do Lagarteiro*, Porto, Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Ciências Humanas, Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia (CESSS).
- MACLUHAN, M. (1964). *Compreender os meios de comunicação*. Lisboa: Relógio D' Água.
- McQUAIL, D. (2003). *Teoria da Comunicação de Massas*. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.
- ME – Ministério da Educação – Departamento de Educação Básica (1998). *Organização Curricular e Programas*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- Neveu, É. (2005). *Sociologia do Jornalismo*. Porto: Porto Editora.
- PEREIRA, A.C. (2010). *Lagarteiro, a vida mínima num bairro do Porto*, In *Jornal Público (Cidades)*, pp. 6.
- PEREIRA, C. (2008). *Construção de um instrumento de diagnóstico de crianças e jovens em risco de abandono escolar*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e de Empresa
- Pinto, M. (2000). *Educação para os media ou novos caminhos da cidadania*, In *Revista Jornalismo e Jornalistas*, Nº 2.
- PINTO, M. (2000). *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Porto: Ed. Afrontamento.
- PINTO, M. (2002). *Televisão, Família, Escola – Pistas para a Acção*. Lisboa : Editorial Presença.

Ponte, C. (1999). Quando as crianças são notícia. Paper presented at the Os Mundos Sociais e Culturais da Infância, Braga.

Rieffel, R. (2004). Sociologia dos Media. Porto: Porto Editora.

Sarmento, M. J. (2004). "Infância, exclusão social e educação para a cidadania activa", In Movimento (Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Brasil), nº3, pp. 53-74.

SARMENTO, M. J. (1997). As crianças, contextos e identidades. Braga: Centro de estudos da criança - Universidade do Minho.

VICÊNCIO, A.; MORIM, E.; BARÃO, S.; PARREIRA, V. (2004). Abandono escolar. Trabalho realizado no âmbito da licenciatura em Ensino de Ciências da Natureza. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências e Tecnologia.